

Indicadores de Governança para Sustentabilidade: Uma proposição para o âmbito nacional

LARISSA LUANA PEREIRA CUSTÓDIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Introdução

Adotava-se, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), composto por 17 objetivos e 169 metas integrantes da Agenda 2030 que consiste em plano de ação para os próximos 15 anos e envolve objetivos ambientais, sociais e econômicos que se aplicam a ambos países desenvolvidos e em desenvolvimento (Organização Das Nações Unidas [ONU] 2015). No entanto, a missão de atingir os ODS não é tão fácil quanto se imagina, e um dos desafios que se observa é necessidade de uma estrutura de governança para o nível local comprometida com a efetividade das ações e, conseqüentemente, com o alcance

Problema de Pesquisa e Objetivo

Dessa maneira, a pesquisa objetiva explorar o seguinte problema: Como selecionar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura? A pesquisa teve como principal objetivo selecionar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura.

Fundamentação Teórica

Para avaliar a governança nos países, assim como delinear comparativos entre as economias desenvolveram-se indicadores de governança. Os WGI medem seis dimensões de governança: Voz e Responsabilização, Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo, Eficácia do Governo, Qualidade Regulatória, Estado de Direito e Controle da Corrupção. Oliveira e Pisa (2015), aborda alguns princípios de governança sendo eles efetividade, transparência, accountability, participação, legalidade, ética e integridade.

Metodologia

A metodologia para seleção de indicadores de governança alinhado aos ODS levou em consideração uma revisão na literatura com levantamento de dados, aporte teórico de pesquisas já existente sobre o tema e pesquisas relacionadas ou próximas ao assunto que contribuiriam na formação e construção do modelo de indicadores reunindo assim, os principais aspectos da governança visando um aprimoramento da mesma alinhada com a Agenda 2030. De abordagem híbrida, pois combina o método bibliométrico e a análise de conteúdo, a fim de alcançar resultados abrangentes

Análise dos Resultados

A estrutura considera, a partir da Agenda 2030, a necessidade de uma governança alinhada com o desenvolvimento sustentável, assim como a mesma sugere. Além disso, não leva em consideração um cálculo matemático, com fórmula e atribuição de pesos a partir dos indicadores, pois aborda um modelo de indicadores de governança para auto avaliação da gestão municipal em cada um dos aspectos e no sentido geral da governança. Dessa forma, é possível observar a importância não só do ODS 16 e 17 quando se trata da governança na implementação dos objetivos e metas, mas também dos demais objetivos e sua rel

Conclusão

A Agenda 2030 e o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas metas, retratam uma oportunidade para as nações direcionar suas ações e políticas rumo a um caminho sustentável. Portanto, essa estrutura tem a potencialidade de monitorar, fornecer informações que ajude na tomada de decisão, avaliação situacional da gestão e as ações perante o desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

Biermann, F. et al., (2022). Scientific evidence on the political impact of the Sustainable Development Goals. *Nature Sustainability*, 5(9), 795-800.

<https://doi.org/10.1038/s41893-022-00909-5>. Bulkeley, H., Jordan, A., Perkins, R., & Selin, H. (2013). Governing sustainability: Rio+ 20 and the road beyond. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 31(6), 958-970. <https://doi.org/10.1068/c3106ed>.

Palavras Chave

Governança, Indicadores, ODS

Indicadores de Governança para Sustentabilidade: Uma proposição para o âmbito nacional

1. INTRODUÇÃO

Uma das ações visando o desenvolvimento sustentável foi em 2000, durante a Cúpula do Milênio, a ONU introduzia os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com apoio de 191 países, incluindo o Brasil. Para dar seguimento ao projeto iniciado pelos os ODM em 2000, a Assembleia Geral da ONU, junto com chefes de estado e representantes dos 193 países-membros, adotava-se, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), composto por 17 objetivos e 169 metas integrantes da Agenda 2030 que consiste em plano de ação para os próximos 15 anos e envolve objetivos ambientais, sociais e econômicos que se aplicam a ambos países desenvolvidos e em desenvolvimento (Organização Das Nações Unidas [ONU] 2015).

A adoção da Agenda 2030 é um plano de ação que visa orientar políticas públicas e inspirar os atores sociais a promover um país próspero, inclusivo e sustentável, buscando um desenvolvimento sustentável em âmbito ambiental, econômico e social. No entanto, a missão de atingir os ODS não é tão fácil quanto se imagina, e um dos desafios que se observa é necessidade de uma estrutura de governança para o nível local comprometida com a efetividade das ações e, conseqüentemente, com o alcance dos objetivos.

Nessa perspectiva, surge a necessidade de pensar na governança como elemento essencial para os resultados do cumprimento em todos os domínios. Partindo da definição de Wilde et al. (2009, p.5 como citado em Czepil, 2020) é possível fazer a relação da governança e ODS por envolver um conjunto de diferentes setores (governo, setor público, setor privado e sociedade civil) em busca de diálogo, interações com as partes interessadas a fim de gerenciar as temáticas em comuns direcionadas à implantação dos ODS.

A governança é um termo bastante utilizado em diversas categorias da sociedade, com diferentes significados dependendo da perspectiva de análise. Conforme a definição do Plano Estratégico do Tribunal de Contas da União (2011), três palavras são fundamentais nesse conceito responsabilidade, incentivo e participação podendo ser descrita como processo pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sociedade, alta administração, servidores ou colaboradores e órgãos de controle (Brasil, 2011).

Levando em consideração que própria Agenda 2030 menciona a boa governança e o Estado de Direito, assim como um ambiente adequado, inclusivo e sustentado, como fundamentais para o desenvolvimento sustentável. É necessário pensar em um modelo de indicadores de governança no sentido da implementação dos ODS baseado nas metas da Agenda 2030 que avalie e mensure qualidade da governança no âmbito nacional e local.

Diante disso, observa-se que para mensurar a governança nos países é o necessário o desenvolvimento de indicadores de governança, com a finalidade de orientar a gestão e assegurar a transparência social acerca das tendências e resultados da ação governamental, tendo em vista, a implementação dos ODS (Gomes, Albernaz, Nascimento, & Torres, 2016). Nesse contexto, o desenvolvimento e o uso de indicadores são significativos para analisar e monitorar as ações fornecendo não apenas informações mais direcionamento na formulação de políticas públicas e melhoramento da tomada de decisão (Santos & Ribeiro, 2015).

Partindo desse pressuposto, de relevância da governança para o alcance dos objetivos e levando em consideração o seu desempenho na esfera municipal e conseqüentemente no desenvolvimento sustentável, carece selecionar através da revisão na literatura indicadores que

traga uma relação com a governança a fim de dar subsídio para a construção de sistemas de governança mais eficaz para a realidade local. Dessa maneira, a pesquisa objetiva explorar o seguinte problema: **Como selecionar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura?**

A pesquisa teve como principal objetivo selecionar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura. Assim, através da revisão da literatura foi selecionado indicadores de governança para sustentabilidade local que terão como base a sua relação com as metas da Agenda 2030. A relevância de selecionar indicadores de governança no sentido de alcance dos ODS contribui para que os governos possam fazer uma melhor avaliação de suas ações o que justifica a realização deste estudo. Além disso, de acordo com Santos & Ribeiro (2015), monitora os resultados das práticas de governos e instituições com a finalidade de desempenhar um papel útil nos processos de direcionamento e alocação de recursos e políticas. Colaborando para tomada de decisão e fornecendo as informações necessárias, acompanhando a evolução daquela realidade investigada gerando conhecimento para exploração futura.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado em mais três seções: na segunda seção é realizada uma revisão de literatura a respeito das dimensões e princípios de governança, na terceira seção é apresentada a metodologia da pesquisa, em seguida são expostos os principais resultados obtidos, e por fim, tem-se as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na subseção a seguir foi abordado dimensões e princípios de governança.

2.1. Dimensões e princípios de Governança

Para avaliar a governança nos países, assim como delinear comparativos entre as economias desenvolveram-se indicadores de governança. Desde 1996, o Banco Mundial tem publicado os indicadores de governança mundial (*Worldwide Governance Indicators — WGI*) adotados por mais de 200 países. Os WGI são um conjunto de dados de pesquisa que retrata opiniões sobre a qualidade da governança gerado por um grande número de empresas, cidadãos e especialistas entrevistados em países industrializados e em desenvolvimento. É por meio dos indicadores de governança que se mede aspectos relevantes dos países, como: participação dos cidadãos na seleção de seu governo, a liberdade de expressão, a estabilidade política e a ausência de violência/terrorismo, entre outros (Jacques; Vicente & Ensslin 2013; Banco Mundial 2022).

Os WGI medem seis dimensões de governança: Voz e Responsabilização, Estabilidade Política e Ausência de Violência/ Terrorismo, Eficácia do Governo, Qualidade Regulatória, Estado de Direito e Controle da Corrupção que engloba diferentes pontos de vista de empresas, cidadãos e especialistas sobre a qualidade de governança com a finalidade medir a eficácia do governo buscando facilitar as comparações entre países (Jacques; Vicente & Ensslin 2013; Banco Mundial 2022).

Além das dimensões de governança discutidas pelo os WGI do Banco Mundial é possível observar alguns princípios de governança discutido por diversos autores, que se mostram fundamentais para o alcance da Agenda 2030 como por exemplo, Oliveira e Pisa (2015), aborda alguns princípios de governança sendo eles efetividade, transparência, *accountability*, participação, legalidade, ética e integridade, que tem conexão com algumas metas dos ODS, e por fim, World Bank (2007) que retrata, por exemplo, os princípios de

legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e *accountability*, convergindo também com os princípios citados anteriormente.

3. METODOLOGIA

A metodologia para seleção de indicadores de governança alinhado aos ODS levou em consideração uma revisão na literatura com levantamento de dados, aporte teórico de pesquisas já existente sobre o tema e pesquisas relacionadas ou próximas ao assunto que contribuíram na formação e construção do modelo de indicadores reunindo assim, os principais aspectos da governança visando um aprimoramento da mesma alinhada com a Agenda 2030.

Os dados da literatura foram coletados de duas bases de dados indexadas: *Scopus* e a *Web of Science* que foram escolhidas devido à ampla cobertura de pesquisa em relação ao tema abordado e que têm sido adotados por pesquisadores. Foram selecionadas as respectivas palavras-chaves com os seguintes operadores booleanos (*OR* e *AND*).

O segundo passo, foi a escolha da técnica de busca e refinamento na base da *Scopus* foram elencadas as palavras-chave TITLE-ABS-KEY ("*municipal governance*" OR "*public governance*" OR "*local governance*" OR "*global governance*" OR "*environmental governance*") AND TITLE-ABS ("*sustainable development goals*"). Essa busca inicial resultou em 235 publicações que foram filtradas pelas seguintes subáreas: *Social Sciences; Environmental Science; Business, Management and Accounting; Arts and Humanities; Engineering; Earth and Planetary Sciences; Decision Sciences; Agricultural and Biological Sciences; Multidisciplinary*. que resultou em 124 documentos. E por fim, foram selecionados os idiomas *English, Portuguese* e *Spanish* resultando em 123 publicações.

Na base da *Web of Science* foram selecionadas as mesmas palavras-chave (TS=("*municipal governance*" OR "*public governance*" OR "*local governance*" OR "*global governance*" OR "*environmental governance*")) AND TS=("*sustainable development goals*"). Essa busca inicial resultou em 202 publicações que foram incluídos artigos de revisão, acesso aberto e referencias citadas enriquecidas e as seguintes categorias and *Environmental Sciences; Environmental Studies; Green Sustainable Science Technology; Public Administration; Development Studies; Education Educational Research; Geography; Engineering Environmental; Political Science; Area Studies; Regional Urban Planning; Management; Water Resources; Biodiversity Conservation; Multidisciplinary Sciences; Social Sciences Interdisciplinary; Urban Studies; Agriculture Multidisciplinary; Communication; Demography; Education Scientific Disciplines; Ethnic Studies; Humanities Multidisciplinary; Operations Research Management Science* resultando em 101 publicações.

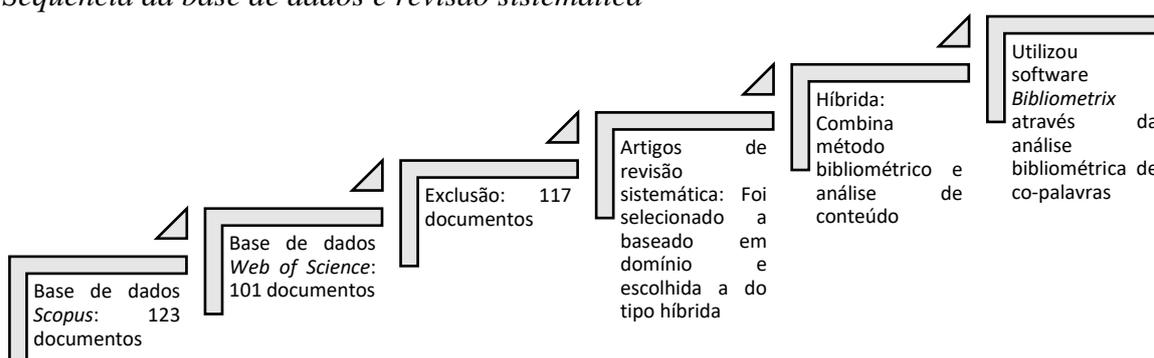
Dessa forma, a base de dados da *Web of Science* ficou com 101 documentos e a *Scopus* com 123, totalizando a junção de 224 documentos. Foi realizada a exportação dos dados em *Bibtex* para rodar o script em R e empregar a ferramenta *Bibliometrix*. E em seguida, ocorreu a remoção dos artigos duplicados ou redundantes assim, nesta pesquisa, 44 documentos duplicados foram removidos. Posteriormente, foi escolhida a opção de artigos contendo 128 papers. Após a análise dos 128 artigos foram excluídos 11 papers por não estar alinhado com a temática, totalizando 117 publicações para análise no software.

Os artigos de revisão sistemática da literatura podem ser amplamente classificados como baseados em domínio, em teoria e em métodos. Nesse contexto, os artigos baseados em domínios podem ser classificados em diferentes categorias, foi selecionado a revisão sistemática do tipo híbrida que combina o método bibliométrico e a análise de conteúdo para fornecer uma análise quantitativa e qualitativa da pesquisa relacionada a indicadores de governança (Paul & Criado, 2020).

Para conduzir esta revisão, adotou-se uma abordagem que acoplou a análise bibliométrica de co-palavras que mostra a estrutura conceitual, revela ligações entre conceitos por meio de co-ocorrências de termos com a finalidade de compreender os temas abordados e identificar os mais relevantes e recentes (Aria & Cuccurullo, 2017). Utilizou-se o software Bibliometrix para a análise bibliométrica, a fim de mapear a identificação de termos da estrutura conceitual.

Segue abaixo, a figura 1 que trata da sequência da base de dados e revisão sistemática utilizada.

Figura 1
Sequência da base de dados e revisão sistemática



3.1 Análise Bibliométrica

Nesta seção, respondemos à primeira questão de pesquisa: como selecionar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura?

3.2 Análise de Conteúdo

A técnica de pesquisa análise de conteúdo contribui para que a descrição e interpretação do conteúdo de pesquisa, submetidas a um método de sistematização e categorização dos dados, direcione o pesquisador a respostas válidas e confiáveis na pesquisa qualitativa. É estruturada em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. (Bardin, 2011).

A Pré- Análise é a primeira fase que corresponde a organização do material de acordo com as temáticas identificadas no mapa temático, sistematizando as ideias por meio da leitura, análise dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores, as quais nos darão fim à preparação do material como um todo (Bardin, 2011).

Na sequência, a exploração do material do conteúdo que tem por finalidade a categorização do estudo conforme as temáticas básicas, motores, nichos e emergentes e os termos inserido em cada palavras-chaves apontando a extração das informações para seleção de indicadores. E por fim, a terceira fase, que visa o tratamento dos resultados, inferência e interpretação com a finalidade de captar os conteúdos contidos nos artigos e extrair elementos que representariam os indicadores (Bardin, 2011).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

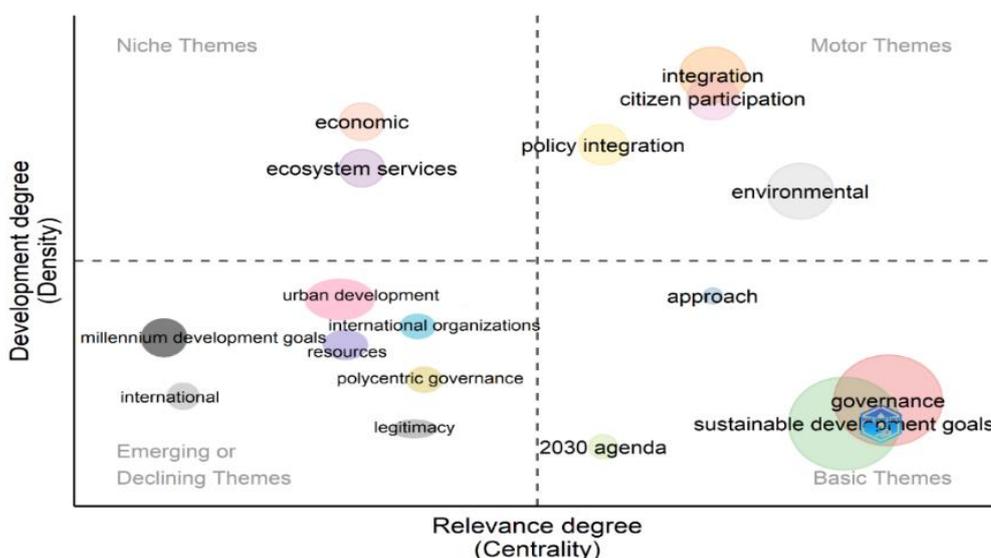
4.1 Estrutura Conceitual do Mapa Temático

Foi usado a estrutura conceitual de palavras-chave dos autores para identificar as principais temáticas abordada. O *Bibliometrix* adota a função de Conceptual Structure para compreender os temas explanado pelos autores e identificar os mais recentes e relevantes. Após o carregamento dos dados, foram escolhidos alguns parâmetros referentes ao number of labels (número de etiquetas) e label size (tamanho de etiquetas) sendo ajustadas para 1 e 0,1. A estrutura conceitual dos 117 artigos é visualizada na figura 1.

Segue abaixo, a figura 2 do mapa temático com as palavras-chave dos autores.

Figura 2

Mapa temático com as palavras-chave dos autores



Nota. Adaptado do *biblioshiny* aplicativo do *Bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017)

O mapa temático é um enredo muito intuitivo da estrutura conceitual que explica o que a ciência fala, os principais temas e tendências. Assim, pode-se examinar os temas de acordo com o quadrante em que estão colocados (1) quadrante superior direito: temas motores; (2) quadrante inferior direito: temas básicos; (3) quadrante inferior esquerdo: temas emergentes ou desaparecidos; (4) quadrante superior esquerdo: tema muito especializados/de nicho. Nesse contexto, cada tópico pode ser rotulado com as palavras-chave associadas com maior ocorrência. Dessa forma, centralidade é uma medida da relevância do tema e densidade é uma medida do desenvolvimento do tema (Aria & Cuccurullo, 2017).

Sendo assim, os temas motores são considerados importantes para área de investigação; temáticas básicas refere-se a temas gerais das diferentes áreas do campo de pesquisa; temas emergentes ou desaparecidos são poucos desenvolvidos no campo de pesquisa e por fim, de nicho ou especializado são temas altamente desenvolvidos e isolados sendo considerado de importância limitada para o campo.

Portanto, ao analisar o mapa temático é possível observar termos que contém palavras-chave que conecta diversos quadrantes, abordando desde temáticas gerais até algo específico e limitado para o campo de pesquisa. Nesse sentido, será selecionado indicadores a partir das

palavras-chave inserida em cada termo abordado a fim de elaborar um modelo de indicadores de governança para a consecução dos ODS.

4.2. Identificação de indicadores nas temáticas: Básica, Motores, Nichos e Emergentes

A partir da análise de cada temática, seus termos e palavras-chaves foram selecionados indicadores no sentido de alcance dos ODS a fim de buscar analisar de maneira eficaz a governança a nível nacional e auxiliar a investigar a evolução daquela realidade e melhorar a tomada de decisão.

Segue abaixo, o quadro 1 que trata da estrutura de autores para proposição de indicadores de Governança alinhado com os ODS

Quadro 1

Estrutura de autores para proposição de indicadores de Governança alinhado com os ODS

Temática	Termo	Palavra-chave	Autor
	2030 AGENDA	2030 AGENDA	Li & Zhu (2019)
	2030 AGENDA	2030 AGENDA	Santos-Carrillo, Fernández-Portillo, & Sianes (2020)
	APPROACH	APPROACH	Jennings & Hoffman, (2019)
	GOVERNANCE	GLOBAL ENVIRONMENTAL GOVERNANCE	Pattberg & Widerberg (2015)
	GOVERNANCE	GLOBAL ENVIRONMENTAL GOVERNANCE	Coenen, Glass, & Sanderin, (2021)
	GOVERNANCE	GLOBAL ENVIRONMENTAL GOVERNANCE	Xue, Zhang, Zhong, Ji & Huang (2019)
	GOVERNANCE	CONSERVATION	Vasseur <i>et al.</i> , (2017)
	GOVERNANCE	CONSERVATION	Pereira & Marques, (2021)
	GOVERNANCE	CONSERVATION	Dalby, (2019)
	GOVERNANCE	SUSTENTÁVEL	Santos & Ribeiro, (2015)
	GOVERNANCE	SUSTENTÁVEL	Sadiqi, (2018)
	GOVERNANCE	SUSTENTÁVEL	Valencia; Qiu & Chang, (2022)
	GOVERNANCE	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Bulkeley, Jordan, Perkins, & Selin (2013)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Hennebry, Kc, & Piper, (2018)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Bolton, (2022)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Pal, Arboleda, Nitivattananon, & Benjachat, (2022)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Biermann <i>et al.</i> , (2022)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Lorenzo (2017)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Spalding, & De Ycaza, (2020)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Baste & Watson, (2022)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Diaz-Sarachag, (2021)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA	Damisqui, Costa, & Soares (2020)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA AMBIENTAL	Kondo,

			Kinoshita, & Yamada, (2019)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA AMBIENTAL	Zurba & Papadopoul o, (2021)
	GOVERNANCE	GOVERNANÇA AMBIENTAL	Contreras & Thomas (2019)
	GOVERNANCE	POLUIÇÃO	Hao, Gao, Guo, Gai & Wu, (2021)
	GOVERNANCE	BANGLANDESH	Rahman, (2021)
	GOVERNANCE	BANGLANDESH	Ahmed, (2019)
	GOVERNANCE	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Dong, Yang, & Li (2018)
	GOVERNANCE	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	Dong, (2020)
	GOVERNANCE	SUSTENTABILIDADE	Priebe, Marald & Nordin, (2020)
	GOVERNANCE	AGENDA 2030	Prakash, Kamiya, Ndugwa, & Cheng, (2020)
	GOVERNANCE	AGENDA 2030	Novovic, (2021)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Pansera & Sarkar, (2016)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Kostoska & Kocarev, (2019)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Deacon, (2016)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Lisk & Sehović, (2019)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Al-Saidi, (2021)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Honegger, Michaelow & Pan, (2021)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Smallwood, Delabre, Pinheiro Vergara, & Rowhani (2022)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Denny, Paulo & De Castro (2019)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	ACCOUNTABILITY	Fukuda-Parr & Mcneill, (2015)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Seyedsayamdost & Vanderwal (2020)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Maher & Buhmann, (2019); Bradford, (2016)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Gasper, (2019); Gupta,(2014)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Acuto, Kosovac, Pejic, Jones, (2020)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	GLOBAL GOVERNANCE	Chen, Wang & Li (2022)
	SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	NORMS	Koff, Challenger, Ros Cuellar, Aguilar Orea, & Lara Lopez (2022)
Motores	CITIZEN PARTICIPATION	GOVERNO LOCAL	Morita, Okitasari & Masuda, (2019)
	CITIZEN PARTICIPATION	GOVERNO LOCAL	Fox & Stoett (2016)
	CITIZEN PARTICIPATION	GOVERNO LOCAL	Khan & Milne (2019)
	CITIZEN PARTICIPATION	VIETNÃ	Wright-

			Contreras, (2018)
	ENVIROMENTAL	ENVIRONMENTAL PERFORMANCE (DESEMPENHO AMBIENTAL)	Consolandi, Phadke, & Hawley (2020)
	ENVIROMENTAL	ENVIRONMENTAL PERFORMANCE (DESEMPENHO AMBIENTAL)	Wang, Qian, & Deng, (2020)
	ENVIROMENTAL	DEVELOPMENT	Ekins & Usubiaga-Liaño, (2021)
	ENVIROMENTAL	ENVIROMENTAL	Zeigerman, (2021)
	INTEGRATION	INTEGRATION	Stafford-Smith <i>et al.</i> , (2017)
	INTEGRATION	COORDINATION	Daly, Parker, Sherpa & Regmi (2020)
	POLICY INTEGRATION	POLICY INTEGRATION	Stevens, (2017)
Nichos	ECONOMIC	EMPOWERMENT (FORTALECIMENTO)	Phiri, Ndlovu, Khumalo, Ncube, & Nyathi, (2022)
	ECOSYSTEM SERVICES	HUMAN RIGHTS (DIREITO HUMANOS)	Schiel, Langford & Wilson, (2020)
Emergentes	URBAN DEVELOPMENT	URBAN DEVELOPMENT	Yang, Yu, & Zheng (2020)
	INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	Forestier & Kim (2020)
	INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	Mckenzie & Stahelin, (2022)
	MILLENNIUM DEVELOPMENT GOAL	MILLENNIUM DEVELOPMENT GOAL	Kushnir & Nunes, (2022)
	INTERNATIONAL	INTERNATIONAL	Biermann <i>et al.</i> , (2022)
	RESOURCES	RESOURCES	Seixas <i>et al.</i> , (2020)
	POLYCENTRIC GOVERNANCE	POLYCENTRIC GOVERNANCE	Amaruzaman, Do Hoan, Catacutan, Leimona, & Malesu, (2022)
	LEGITIMACY	LEGITIMACY	Taggart, (2022)

Segue abaixo, o quadro 2 que trata da estrutura de proposição de indicadores de governança alinhado com os ODS. Através da análise de forma específica de cada temática foi selecionado indicadores de governança e realizado associação com as metas dos ODS a fim de avaliar e monitorar as ações e auxiliar na tomada de decisão.

Quadro 2

Estrutura de proposição de indicadores de Governança alinhado com os ODS

Temática	Termo	Indicador	ODS/Meta
Básica	2030 AGENDA	Projeto de desenvolvimento	4.7
		Desigualdade dentro e entre os países	10.4
		Esgotamento dos recursos naturais	12.4
		Crescimento econômico lento	8.1
		Desemprego Juvenil	8.6
		Desastres globais	13.2
		População em pobreza extrema	1.1
		Impacto da pandemia	3.3
	APPROACH	Medidas de adaptação climática	13.3
	GOVERNANCE	Parcerias Multisetoriais	17.7
	Incentivar fortalecimento de parcerias públicas-privadas.	17.7	

	Estratégia e ações de mudanças climáticas	13.2
	Políticas de inovação para combater poluição	6.3
	Conservação dos recursos naturais	12.2
	Acesso a água potável	6.1
	Acesso a transporte Público; Compartilhamento de transporte não motorizado Rede de transporte público superior (bondes, VLT, metrô, BRT, VLT)	11.2
	Participação cidadã Engajamento público Colaboração e envolvimento das partes interessadas	16.7
	Estrutura de governança entre os setores	16.6
	Políticas Públicas para o Desenvolvimento sustentável	17.14
	Proteger e empoderar as mulheres migrantes	5.c
	Transformação dos sistemas de governança para melhorar a tomada de decisão	16.8
	Projetos e políticas para inundações	11.b
	Transformações e plataformas digitais	17.8
	Criação de novos departamentos, comitês, escritórios ou programas vinculados ao alcance dos ODS ou ao realinhamento de instituições existentes.	17.9
	Engajamento no debate sobre governança global	16.7
	Definir políticas e legislações mais Eficazes	17.14
	Conservação dos oceanos	14.2
	Investimento em políticas públicas	17.14
	Ferramentas de avaliação do desempenho da implementação ODS	17.18
	Políticas públicas de enfrentamento contra a violência da mulher	5.2
	Compras verdes para diminuir os gases de efeito estufa	12.7
	Participação indígena nos fóruns	16.7
	Parcerias para conservação dos recursos marinhos, oceanos e mares	14.1
	Medidas para combater poluição do ar, água, gases de efeito estufa	6.3
	Colaboração e envolvimento das partes interessadas	16.7
	Acesso público à informação (transparência) Disponibilidade de dados	16.10
	Accountability (responsabilidade)	16.6
	Políticas ambientais	17.14
	Incentivos para alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável	17.17
	Projetos de desenvolvimento sustentável em parcerias com outros	17.16
	Políticas públicas com mudanças que incentivem transformação dos costumes da sustentabilidade	17.14
	Investimento para alcançar uma cidade Sustentável	11.3
	Planos e Projetos de soluções políticas para os países em desenvolvimento	17.14
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS	Desenvolvimento de inovações com base em soluções ecológicas	9.b
	Investimento em inovação e tecnologia	9.b

		Formulação de Políticas sociais	4.7	
		Construção de instituições de governança	16.6	
		Desenvolvimento de ferramentas, inovações e fortalecimentos nos sistemas de governança global de saúde	3.c	
		Fortalecer quadros Cooperativos ambientais	10.2	
		Impacto da modificação da radiação solar para os ODS	7.a	
		Políticas e normas para o desmatamento	15.2	
		Plataformas digitais com as interações dos diversos setores	17.16	
		Ferramentas de monitoramento dos ODS com uso de tecnologias que as demais partes envolvidas tenham acesso e não somente órgãos governamentais	17.18	
		Prestação de contas	17.18	
		Desenvolvimento de tecnologias para o desenvolvimento sustentável	17.7	
		Colaboração e envolvimento das pessoas na tomada de decisão	16.7	
		Normas, políticas, alianças para o alcance dos ODS.	17.13	
		Reconhecimento das questões urbanas Políticas urbanas	11.3	
		Parcerias para o alcance dos ODS	17.7	
Motores	CITIZEN PARTICIPATION	Participação cidadão no governo local Participação dos atores estatais	16.7	
		Dar voz aos cidadãos nas políticas para fortalecer sua participação democrática	16.7	
		Políticas de abastecimento de água potável	6.5	
	ENVIROMENTAL	Investimento no setor da saúde	3.c	
		Inovações agrícolas	2.a	
		Políticas de comunicação e monitoramento Políticas ambientais	17.14	
		Formação de equipes especializada para promover a implementação dos ODS e integração de conhecimento	9.5	
	INTEGRATION	Liderança política em desenvolvimento Sustentável	17.14	
		Apoio ativo ao comércio de produtos e serviços de desenvolvimento sustentável apropriados localmente	17.10	
		Melhorar a coordenação da educação para crianças	4.2	
	POLICY INTEGRATION	Políticas Públicas para o desenvolvimento sustentável	17.14	
	Nichos	ECONOMIC	Participação das mulheres na política	5.5
		ECOSYSTEM SERVICES	Acesso a água Potável	6.1
Emergentes	URBAN DEVELOPMENT	Formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável para planejamento territorial	11.3	
	INTERNATIONAL ORGANIZATIONS	Fortalecimento da coordenação global	17.13	
		Políticas de educação climáticas	13.2	
	MILLENNIUM DEVELOPMENT GOAL	Formulação de políticas para o Desenvolvimento sustentável	4.7	
	INTERNATIONAL	Políticas ambientais	17.14	
	RESOURCES	Conservação dos recursos hídricos	6.5	
	POLYCENTRIC GOVERNANCE	Construção de instituições ambientais	16.6	
LEGITIMACY	Monitoramento de parcerias com as	17.17		

	partes interessadas	
--	---------------------	--

A metodologia proposta no trabalho trata de uma estrutura de indicadores de governança no sentido de implementação dos ODS a nível nacional que visa analisar a gestão pública e suas práticas perante o desenvolvimento sustentável do município. A estrutura considera, a partir da Agenda 2030, a necessidade de uma governança alinhada com o desenvolvimento sustentável, assim como a mesma sugere. Além disso, não leva em consideração um cálculo matemático, com fórmula e atribuição de pesos a partir dos indicadores, pois aborda um modelo de indicadores de governança para auto avaliação da gestão municipal em cada um dos aspectos e no sentido geral da governança.

A estrutura de indicadores, levou em consideração todos os objetivos, ou seja, aqueles que mais conversam com os aspectos de governança propostos através do aporte teórico e bibliográfico. Dessa forma, é possível observar a importância não só do ODS 16 e 17 quando se trata da governança na implementação dos objetivos e metas, mas também dos demais objetivos e sua relação com metas.

Além disso, observa-se de acordo com Dong, Yang & Li (2018), que os governos locais e regionais desempenham um papel importante em influenciar o alcance dos ODS, e a agenda determina que governos e instituições públicas colaborem com os governos locais e regionais na realização desses objetivos. Partindo desse pressuposto, o modelo proposto acima de indicadores de governança é essencial para monitorar o estado atual e as ações na promoção do desenvolvimento sustentável.

Portanto, a governança é aplicável a todas as questões que dizem respeito à cidade e a um futuro sustentável, e o uso de indicadores alinhado à governança é útil para fortalecer e promover a governança em qualquer escala, nacional ou municipal, que é crucial para alcançar um mundo próspero e sustentável (Santos & Ribeiro, 2015). Podendo assim, desempenhar um papel fundamental de avaliação, monitoramento da governança auxiliando os governos a fazer uma melhor análise de suas ações em busca de melhorias com a finalidade de contribuir para a tomada de decisão e aprimoramento do desenvolvimento de políticas públicas no âmbito nacional e local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030 e o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas metas, retratam uma oportunidade para as nações direcionar suas ações e políticas rumo a um caminho sustentável. Os ODS, abrangem uma ampla gama de questões sociais, ambientais e econômicas e englobam uma diversidade de temas imprescindíveis para a sustentabilidade do planeta cuja implementação envolve diversos níveis governamentais e institucionais, bem como, áreas como pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. No entanto, essa não é uma tarefa fácil, necessitando de um esforço conjunto de toda a sociedade para alcance dos objetivos.

Um dos mecanismos para a implementação dos ODS se encontra na governança que se apresenta como elemento essencial para a obtenção de resultados consistentes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável. Diante disso, o trabalho objetivou selecionar indicadores de governança sustentável, baseando-se nos principais eixos temáticos identificados na literatura a partir da análise das temáticas básicas, motores, nichos e emergentes, seus termos e palavras-chaves a fim monitorar os objetivos e analisar a gestão pública e suas ações perante o desenvolvimento sustentável.

Portanto, observa-se que a implicação teórica da investigação da pesquisa está na exploração e análise do conteúdo dos artigos a fim de selecionar indicadores de governança

voltados para implementação dos ODS. Tem como implicação prática uma estrutura de indicadores voltados para a realidade nacional, visando monitorar a governança no sentido de alcance dos ODS possibilitando dar suporte ao fortalecimento de políticas e ações para o desenvolvimento sustentável, auxiliando os gestores municipais a examinar a evolução daquela realidade e melhorar a tomada de decisão e desenvolvimento de políticas que devam ser estabelecidas.

Logo, os ODS são também conhecidos como objetivos globais, são integrados e indivisíveis e engloba as três dimensões do desenvolvimento sustentável, porém observa-se que ações no âmbito municipal se cruza com esse objetivo global e é essencial para o fortalecimento de aliança globais, nacionais, regionais e locais. Nesse contexto, selecionar indicadores do cenário global para as circunstâncias e prioridade nacional e local contribui para avaliação situacional da gestão, colaborando para futuras melhorias no sentido da implementação dos ODS.

Além disso, essa estrutura de indicadores não leva em consideração um cálculo matemático, com fórmula e atribuição de pesos a partir dos indicadores, o que possibilita o aprimoramento da estrutura através do fator de ponderação a fim avaliar e quantificar o desempenho os resultados finais, abrindo assim, oportunidades de pesquisas futuras. Portanto, essa estrutura tem a potencialidade de monitorar, fornecer informações que ajude na tomada de decisão, avaliação situacional da gestão e as ações perante o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: an R-tool for comprehensive science mapping analysis. *J Informet* 11 (4): 959–975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>.
- Acuto, M., Kosovac, A., Pejic, D., & Jones, T. L. (2020). The city as actor in UN frameworks: formalizing ‘urban agency’ in the international system?. *Territory, Politics, Governance*, 1-18. <https://doi.org/10.1080/21622671.2020.1860810>.
- Al-Saidi, M. (2021). Cooperation or competition? State environmental relations and the SDGs agenda in the Gulf Cooperation Council (GCC) region. *Environmental Development*, 37, 100581. <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2020.100581>.
- Ahmed, B. (2019). Environmental governance and sustainable development in Bangladesh: millennium development goals and sustainable development goals. *Asia Pacific Journal of Public Administration*, 41(4), 237–245. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23276665.2019.1698930>.
- BANCO MUNDIAL. The worldwide governance indicators (WGI) project. Documentation. <http://info.worldbank.org/governance/wgi/#doc>.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Baste, I. A., & Watson, R. T. (2022). Tackling the climate, biodiversity and pollution emergencies by making peace with nature 50 years after the Stockholm Conference. *Global Environmental Change*, 73, 102466. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102466>.
- Brasil. Tribunal de Contas da União (2014). Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública / Tribunal de Contas da União. Versão 2 - Brasília: TCU, *Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão*, 2014, 80 p.
- Bradford, C. I., (2016) G20 Hangzhou Summit: A possible turning point for global governance. *China Quarterly of International Strategic Studies*, v. 2, n. 03, p. 327-346, 2016. <https://doi.org/10.1142/s2377740016500202>.
- Biermann, F. *et al.*, (2022). Scientific evidence on the political impact of the Sustainable Development Goals. *Nature Sustainability*, 5(9), 795-800. <https://doi.org/10.1038/s41893-022-00909-5>.
- Bulkeley, H., Jordan, A., Perkins, R., & Selin, H. (2013). Governing sustainability: Rio+ 20 and the road beyond. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 31(6), 958-970. <https://doi.org/10.1068/c3106ed>.

- Czepil, B., (2020) “Qualidade de governança no nível comunitário na Polônia: um estudo exploratório do pior caso de desempenho da província de Opolskie”. *Halduskultuur: The Estonian Journal of Administrative Culture and Digital Governance* 21(1), 22-55. <https://doi.org/10.32994/hk.v21i1.224>.
- Chen, H., Wang, S., Li, Y., (2022). Aligning Engineering Education for Sustainable Development through Governance: The Case of the International Center for Engineering Education in China. *Sustainability*, v. 14, n. 21, p. 14643, 2022. <https://doi.org/10.3390/su142114643>.
- Coenen, J., Glass, L. M., & Sanderink, L. (2021). Two degrees and the SDGs: a network analysis of the interlinkages between transnational climate actions and the Sustainable Development Goals. *Sustainability Science*, 17(4), 1489-1510. <https://doi.org/10.1007/s11625-021-01007-9>.
- Consolandi, C., Phadke, H., Hawley, J., & Eccles, R. G. (2020). Material ESG outcomes and SDG externalities: Evaluating the health care sector’s contribution to the SDGs. *Organization & Environment*, 33(4), 511-533. <https://doi.org/10.1177/1086026619899795>.
- Contreras, C., Thomas, S., (2019). The role of local knowledge in the governance of blue carbon. *Journal of the Indian Ocean Region*, v. 15, n. 2, p. 213-234, 2019. <https://doi.org/10.1080/19480881.2019.1610546>.
- Daly, A., Parker, S., Sherpa, S., & Regmi, U. (2020). Federalisation and education in Nepal: contemporary reflections on working through change. *Education 3-13*, 48(2), 163-173. <https://doi.org/10.1080/03004279.2019.1599408>.
- Deacon, B. (2016). Assessing the SDGs from the point of view of global social governance. *Journal of International and Comparative Social Policy*, 32(2), 116–130. <https://doi.org/10.1080/21699763.2016.1198266>.
- Denny, D. M. T., Paulo, R. F., & de Castro, D. (2017). Blockchain and Agenda 2030. *Braz. J. Pub. Pol’y*, 7, 122. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4938>.
- Dong, L. (2020). China’s renewed perception of global environmental governance. *Chinese Journal of Population, Resources and Environment*, v. 18, n. 4, p. 319-323, december 2020. <https://doi.org/10.1016/j.cjpre.2021.04.003>.
- Dong, L., Yang, X., Li, H. (2018). The Belt and Road Initiative and the 2030 Agenda for Sustainable Development: seeking linkages for global environmental governance. *Chinese Journal of Population Resources and Environment*, v. 16, n. 3, p. 203-210, 2018. <https://doi.org/10.1080/10042857.2018.1487745>.
- Ekins, P., Usubiaga-Liaño, A., (2021). Time for science-based national targets for environmental sustainability: an assessment of existing metrics and the ESGAP framework. *Frontiers in Environmental Science*, p. 524, 2021. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2021.761377>.
- Forestier, O., Kim, R. E (2020). Cherry-picking the Sustainable Development Goals: Goal prioritization by national governments and implications for global governance. *Sustainable Development*, v. 28, n. 5, p. 1269-1278, 2020. <https://doi.org/10.1002/sd.2082>.
- Fukuda-Parr, S., & McNeill, D. (2015). Post 2015: a new era of accountability?. *Journal of Global Ethics*, v. 11, n. 1, p. 10-17, 2015. <https://doi.org/10.1080/17449626.2015.1004738>.
- Gaspar, D. (2019). The road to the sustainable development goals: Building global alliances and norms. *Journal of Global Ethics*, v. 15, n. 2, p. 118-137, 2019. <https://doi.org/10.1080/17449626.2019.1639532>.
- Gaygizis, E. (2013). How are cultural dimensions and governance quality related to socioeconomic development? *The Journal of Socio-Economics*, v. 47, p. 170-179, 2013.
- Gupta, J. (2014). Normative issues in global environmental governance: Connecting climate change, water and forests. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 28, p. 413-433, 2014. <https://doi.org/10.1007/s10806-014-9509-8>.
- Hao, Y., Gao, S., Guo, Y., Gai, Z., & Wu, H. (2021). Measuring the nexus between economic development and environmental quality based on environmental Kuznets curve: a comparative study between China and Germany for the period of 2000–2017. *Environment, Development and Sustainability*, 1-26. <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01365-5>.
- Hennebry, J., KC, H., & PIPER, N. (2018). Not without them realising the sustainable development goals for women migrant workers. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1–17. <https://doi.org/doi10.10801369183x.2018>.

- Honegger, M., Michaelowa, A., & Pan, J. (2021). Potential implications of solar radiation modification for achievement of the Sustainable Development Goals. *Mitig Adapt Strateg Glob Change* 26, 21 (2021). <https://doi.org/10.1007/s11027-021-09958-1>.
- Ibrahim, A. M. (2022). A mapping towards a unified municipal platform an investigative case study from a norwegian municipality", *Sustainable Futures*, volume 4, 2022, 1000632022. <https://doi.org/10.1016/j.sftr.2022.100063>.
- Jacques, F. V. S., Vicente, E. F. R., & Ensslin, S. R. (2013). Indicadores de governança no setor público: bibliometria em artigos internacionais. In: *Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, XIV*, 2013. Anais... Lisboa: Iscal, 2013.
- Jennings, P. D., & Hoffman, A. J. (2019). Three Paradoxes of Climate Truth for the Anthropocene Social Scientist. *Organization & Environment*.
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2010). Os Indicadores Mundiais de Governança Metodologia e Questões Analíticas. Washington, D.C.: *The World Bank*, 2006. (World Bank Policy Research Working Paper, n 5430).
- Kostoska, O., & Kocarev, L. (2019). A novel ICT framework for sustainable development goals. *Sustainability*, v. 11, n. 7, p. 1961, 2019. <https://doi.org/10.3390/su11071961>.
- Kondo, R., Kinoshita, Y., & Yamada, T. (2019). Green procurement decisions with carbon leakage by global suppliers and order quantities under different carbon tax. *Sustainability*, v. 11, n. 13, p. 3710, 2019. <https://doi.org/10.3390/su11133710>.
- Koff, H., Challenger, A., Ros Cuellar, J., Aguilar Orea, R., & Lara Lopez, M. D. S. (2022). How green are our laws? Presenting a normative coherence for sustainable development methodology. *Environmental Policy and Governance*, 33(1), 90-109. <https://doi.org/10.1002/eet.1998>.
- Kushnir, I., & Nunes, A. (2022). Education and the UN Development Goals Projects (MDGs and SDGs): Definitions, Links, Operationalisations. *Journal of Research in International Education*, v. 21, n. 1, p. 3-21, 2022. <https://doi.org/10.1177/14752409221088942>.
- Li, Y., Zhu, X. (2019). The 2030 agenda for sustainable development and China's belt and road initiative in Latin America and the Caribbean. *Sustainability*, v. 11, n. 8, p. 2297, 2019. <https://doi.org/10.3390/su11082297>.
- Lisk, F., & Šehović, A. B. (2019). Rethinking global health governance in a changing world order for achieving sustainable development: the role and potential of the 'Rising Powers'. *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*, v. 13, p. 45-65, 2019. <https://doi.org/10.1007/s40647-018-00250-2>.
- Maher, R., & Buhmann, K. (2019). Meaningful stakeholder engagement: Bottom-up initiatives within global governance frameworks. *Geoforum*, v. 107, p. 231-234, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.06.013>.
- Mckenzie, M., & Stahelin, N. (2022). The global inter-network governance of UN policy programs on climate change education. *International Journal of Educational Research*, v. 116, p. 102093, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2022.102093>.
- Morita, K., Okitasari, M., & Masuda, H. (2019). Analysis of national and local governance systems to achieve the sustainable development goals: case studies of Japan and Indonesia. *Sustainability Science*, v. 15, n. 1, p. 179-202, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11625-019-00739-z>.
- Novovic, G. (2021). Can Agenda 2030 bring about "localization"? Policy limitations of Agenda 2030 in the broader global governance system. *Development Policy Review*, v. 40, n. 4, p. e12587, 2021. <https://doi.org/10.1111/dpr.12587>.
- Oliveira, A. G. de., Pisa, B. J. (2015) . IGovP: índice de avaliação da governança pública-instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Revista de Administração Pública*, v. 49, p. 1263-1290, 2015. <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179>.
- Organização das Nações Unidas (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>.
- Pal, I., Arboleda, J. L., Nitivattananon, V., & Benjachat, N. (2022). Assessment and appraisal of local governance on urban flood resilience in Bangkok Metropolitan Region: perspectives of SDGs

- 11 and 13. *International Journal of Disaster Resilience in the Built Environment*, (ahead-of-print). <https://doi.org/10.1108/IJDRBE-08-2021-0108>.
- Paul, Justin., Criado, Alex Rialp. (2020). The art of writing literature review: What do we know and what do we need to know?, *International Business Review*, Volume 29, Issue 4, 2020, ISSN 0969-5931. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2020.101717>.
- Pansera, M., & Sarkar, S. (2016). Crafting sustainable development solutions: Frugal innovations of grassroots entrepreneurs. *Sustainability*, v. 8, n. 1, p. 51, 2016. <https://doi.org/10.3390/su8010051>.
- Prakash, M., Kamiya, M., Ndugwa, R., & Cheng, M. (2020). Counting the costs: a method for evaluating the cost of achieving SDG 11. *Frontiers in Sustainable Cities*, 2, 554728. <https://doi.org/10.3389/frsc.2020.554728>.
- Pattberg, P., & Widerberg, O. (2016). Transnational multistakeholder partnerships for sustainable development: Conditions for success. *Ambio*, v. 45, n. 1, p. 42-51, 2016. <https://doi.org/10.1007/s13280-015-0684-2>.
- Pereira, M. A., & Marques, R. C. (2021). Sustainable water and sanitation for all: are we there yet?. *Water Research*, v. 207, p. 117765, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.watres.2021.117765>.
- Priebe, J., Mårald, E., & Nordin, A. (2021). Narrow pasts and futures: how frames of sustainability transformation limit societal change. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, v. 11, n. 1, p. 76-84, 2021. <https://doi.org/10.1007/s13412-020-00636-3>.
- Phiri, K., Ndlovu, S., Khumalo, S., Ncube, S. B., & Nyathi, D. (2022). Multiplying Faces and Amplifying Voices: Do Women's Lives Matter in Local Governance Politics in Gwanda, Zimbabwe?. *Journal of Asian and African Studies*, 00219096221137658. <https://doi.org/10.1177/00219096221137658>.
- Rahman, M. M. (2021). Achieving Sustainable Development Goals of Agenda 2030 in Bangladesh: the crossroad of the governance and performance. *Public Administration and Policy*, v. 24, n. 2, p. 195-211, 2021. <https://doi.org/10.1108/PAP-12-2020-0056>.
- Sadiqi, J (2018). Evaluating the development of SMART communities: *a public value perspective*. 2018. <https://doi.org/10.21272/mmi.2018.2-13>.
- Santos, A. S., & Ribeiro, S. K. (2015). The role of transport indicators to the improvement of local governance in Rio de Janeiro City: A contribution for the debate on sustainable future. *Case Studies on Transport Policy*, v. 3, n. 4, p. 415-420, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.cstp.2015.08.006>.
- Santos-Carrillo, F., Fernández-Portillo, L. A., & Sianes, A. (2020). Rethinking the Governance of the 2030 Agenda for Sustainable Development in the COVID-19 Era. *Sustainability*, v. 12, n. 18, p. 7680, 2020. <https://doi.org/10.3390/su12187680>.
- Secinaro, S., Calandra, D., Lanzalunga, F., & Ferraris, A. (2022). Electric vehicles' consumer behaviours: Mapping the field and providing a research agenda. *Journal of Business Research*, 150, 399-416. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.06.011>.
- Serikkaliyeva, A., Amirbek, A., Tazhibayev, R., & Beisenbayev, O. (2019). Global governance, chinese-style: the central asian projects of the asian infrastructure investment bank. *Financial Economics*. <https://doi.org/10.37178/ca-c.19.4.03>.
- Seyedsayamdost, E., & Vanderwal, P. (2020). From good governance to governance for good: blockchain for social impact. *Journal of International Development*, v. 32, n. 6, p. 943-960, 2020. <https://doi.org/10.1002/jid.3485>.
- Schiel, R., Langford, M., & Wilson, B. M (2020). Does it Matter: Constitutionalisation, Democratic Governance, and the Human Right to Water. *Water*, v. 12, n. 2, p. 350, 2020. <https://doi.org/10.3390/w12020350>.
- Smallwood, J. M., Delabre, I., Pinheiro Vergara, S., & Rowhani, P. (2022). The governmentality of tropical forests and sustainable food systems, and possibilities for post-2020 sustainability governance. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 25(1), 103-117. <https://doi.org/10.1080/1523908X.2022.2082931>.
- Spalding, A. K; & De Ycaza, R. (2020). Navigating Shifting Regimes of Ocean Governance. *Environment and Society*, 11(1), 5–26. <https://doi.org/10.3167/ares.2020.110102>.

- Stafford-Smith, M. *et al.*, (2017). Integration: The key to implementing the Sustainable Development Goals. *Sustain Science*, V, 11, no. 4, July 2017. <https://doi.org/10.1007/s11625-016-0383-3>.
- Taggart, J. (2022). A Decade Since Busan: Towards Legitimacy or a ‘New Tyranny’ of Global Development Partnership?. *The Journal of Development Studies*, v. 58, n. 8, p. 1459-1477, 2022. <https://doi.org/10.1080/00220388.2022.2032672>.
- Vasseur, L. *et al.*, (2017). Complex problems and unchallenged solutions: Bringing ecosystem governance to the forefront of the UN sustainable development goals. *Ambio*, 46, 731-742. <https://doi.org/10.1007/s13280-017-0918-6>.
- Valencia, A., Qiu, J., Chang, Ni-Bin (2022). Integrating sustainability indicators and governance structures via clustering analysis and multicriteria decision making for an urban agriculture network. *Ecological Indicators*, v. 142, p. 109237, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2022.109237>.
- Yang, X., Yu, Y., & Zheng, Y. (2020). Assessment and optimization of territorial space vulnerability: A case study of Xingyang, Henan, China. *Physics and Chemistry of the Earth, Parts A/B/C*, v. 120, p. 102950, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.pce.2020.102950>.
- Wang, G., Qian, Z., & Deng, X. (2020). Analysis of Environmental Policy and the Performance of Sustainable Agricultural Development in China. *Sustainability*, v. 12, n. 24, p. 10453, 2020. <https://doi.org/10.3390/su122410453>.
- Wright-Contreras, L. (2018). Um Urbano Transnacional Ecologia Política de Infraestruturas Hídricas: *Políticas Globais de Água e Gestão de Água em Hanói*. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35102.011>.
- World Bank (2007). Sourcebook for Evaluating Global and Regional Partnership Programs. *Independent Evaluation Group–World Bank*. Washington, D.C. <https://www.oecd.org/development/evaluation/dcdndep/37981082.pdf>
- Zeigermann, U. (2021). Knowledge integration in sustainability governance through science-based actor networks. *Global Environmental Change*, 69, 102314. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2021.102314>.
- Zurba, M., & Papadopoulos, A. (2021). Indigenous participation and the incorporation of indigenous knowledge and perspectives in global environmental governance forums: a systematic review. *Environmental Management*, p. 1-16, 2021. <https://doi.org/10.1007/s00267-021-01566-8>.